

ATO Nº 004/2019

Aprova Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 51/2008, de 02 de janeiro de 2008, e

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade;

RESOLVE :

Art. 1º APROVAR, na forma dos anexos deste Ato, os demonstrativos relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

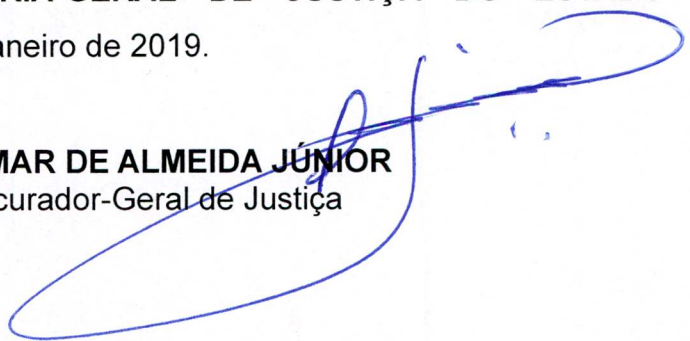
Art. 2º DISPONIBILIZAR o referido Relatório, para amplo acesso ao público, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, na página eletrônica da Internet, link seguinte: <http://mpto.mp.br/web/transparencia/#page>.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de janeiro de 2019.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça



ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 35, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Mai/2018	Junho/2018	Julho/2018	Agosto/2018	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	TOTAL (C) = SOMA DOS 12 MESES (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	9.764.873,09	14.517.972,90	11.237.109,34	14.237.106,20	10.809.842,30	13.157.407,57	10.590.574,19	19.400.073,22	147.020.010,80
Pessoal Ativo	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	9.764.873,09	14.517.972,90	11.237.109,34	14.237.106,20	10.809.842,30	13.157.407,57	10.590.574,19	19.400.073,22	147.020.010,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.130.411,44	11.526.611,14	9.236.923,35	9.192.433,70	9.633.425,14	11.587.145,61	9.557.152,40	12.614.758,45	9.237.725,85	11.577.422,88	9.019.934,96	16.273.036,03	126.586.980,95
Obrigações Patronais	22.533,00	1.705.654,55	2.928.556,37	1.561.928,44	131.447,95	2.930.827,29	1.679.956,94	1.622.347,75	1.572.116,45	1.579.984,69	1.570.639,23	3.127.037,19	20.433.029,85
Benefícios Previdenciários													
Pessoal Inativo e Pensionistas													
Aposentadorias, Reserva e Reformas													
Pensões													
Outros Benefícios Previdenciários													
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	210.779,46	45.546,16	121.555,66	504.878,65	476.117,61	385.453,73	2.986.291,26	242.171,43	2.419.038,93	38.438,80	674,12	7.430.945,81
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	15.137,95	14.286,39	441.229,51	473.244,65	326.224,47	2.947.672,46	203.732,63	2.380.600,13	0,00	0,00	6.802.128,19
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	210.779,46	30.408,21	107.269,27	63.649,14	2.872,96	59.229,26	38.618,80	38.438,80	38.438,80	38.438,80	674,12	628.817,62
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.152.944,44	13.021.486,23	12.119.933,56	10.632.806,48	9.259.994,44	14.041.855,29	10.851.655,61	11.250.814,94	10.567.670,87	10.738.368,64	10.552.135,39	19.399.398,10	139.589.064,99
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				7.190.329.051,43									
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 8.13, art. 166 da CF)				343.544,50									
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)				7.189.985.506,93									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IV)				139.589.064,99									1.94%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				143.799.710,14									2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				136.609.724,63									1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)				129.419.739,12									1,80%
FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 28/01/2019, 09:15h													

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde - PLANSAÚDE perfizeram um valor de 540.833,83 e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidas pelo art. 18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 804/12.

JOSE OMAR DE ALMEIDA JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

MARCIA APARECIDA ARRUDA DE MENEZES
Chefe da Controladoria Interna - em substituição

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC: TO 0002749/D-0

ESTADO DO TOCANTINS
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.471.194,00	246,30	253.476,08	253.476,08	2.585,99	0,00	3.214.885,63	2.818.559,05	0,00	396.326,58
Recursos Ordinários	3.471.194,00	246,30	253.476,08	253.476,08	2.585,99		3.214.885,63	2.818.559,05		396.326,58
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	300.227,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.227,53	80.006,90	0,00	220.220,63
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	119.196,57						119.196,57	71.993,30		47.203,27
Outros Recursos Vinculados	181.030,96						181.030,96	8.013,60		173.017,36
TOTAL (III) = (I + II)	3.771.421,53	246,30	253.476,08	253.476,08	2.585,99	0,00	3.515.113,16	2.898.565,95	0,00	616.547,21

R\$ 1,00

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 28/01/2019, 09:15h

NOTA:

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
 Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
 Chefe do Departamento Financeiro

MÁRCIA APARECIDA ARRUDA DE MENEZES
 Chefe da Controladoria Interna - em substituição

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
 Contador CRC-TO 0002749/0-0

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE		RS 1,00
Receita Corrente líquida		7.189.985.506,93		
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		139.589.064,99	1,94%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=0%>		143.799.710,14	2,00%	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=0%>		136.609.724,63	1,90%	
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=0%>		129.419.739,12	1,80%	
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		2.898.565,95	3.515.113,16	
FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 28/01/2019, 09:15h				

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

MÁRCIA APARECIDA ARRUDA DE MENEZES
Chefe da Controladoria Interna- em substituição

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC-TO 0002749/0-0

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL												
	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Mai/2018	Junho/2018	Julho/2018	Agosto/2018				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	9.764.873,09	14.517.972,90	11.237.109,34	14.237.106,20				
Pessoal Ativo	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	9.764.873,09	14.517.972,90	11.237.109,34	14.237.106,20				
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.130.411,44	11.526.611,14	9.236.923,35	9.192.433,70	9.633.425,14	11.587.145,61	9.557.152,40	12.614.758,45				
Obrigações Patronais	22.533,00	1.705.654,55	2.928.556,37	1.561.928,44	131.447,95	2.930.827,29	1.679.956,94	1.622.347,75				
Benefícios Previdenciários												
Pessoal Inativo e Pensionistas												
Aposentadorias, Reserva e Reformas												
Pensões												
Outros Benefícios Previdenciários												
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)												
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	210.779,46	45.546,16	121.555,66	504.878,65	476.117,61	385.453,73	2.986.291,26				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	15.137,95	14.286,39	441.229,51	473.244,65	326.224,47	2.947.672,46				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração												
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração												
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	210.779,46	30.408,21	107.269,27	63.649,14	2.872,96	59.229,26	38.618,80				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.152.944,44	13.021.486,23	12.119.933,56	10.632.806,48	9.259.994,44	14.041.855,29	10.851.655,61	11.250.814,94				
									VALOR			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				7.190.329.051,43								
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) § 13, art. 166 da CF				343.544,50								
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)				7.189.985.506,93								
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)				139.589.064,99								
LÍMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				143.799.710,14								
LÍMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				136.609.724,63								
LÍMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)				129.419.739,12								

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 28/01/2019, 09:15h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas são apresentadas em duas rubricas: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde - PLANSAUDE perfizeram um valor de 540.853,83 e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art. 18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

MÁRCIA APARECIDA ARRUDA DE MENEZES
Chefe da Controladoria Interna - em substituição

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC- TO 0002749/0-0

[illegible]

ampo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de

ecutadas estão segregadas em: